

ESTUDO DA SEQÜÊNCIA ARGUMENTATIVA NA ORGANIZAÇÃO TEXTUAL DOS GÊNEROS ANÚNCIO E ARTIGO DE OPINIÃO

Ana Keyla Carmo Lopes¹ – UFC

0 Introdução

Neste trabalho, temos o objetivo de apresentar a relevância e/ou preponderância da seqüência argumentativa na composição do gênero anúncio e do artigo de opinião em relação às demais seqüências – narrativa, descritiva, explicativa e dialogal, conforme a classificação estabelecida por Adam (1992). Adotamos, no trabalho em questão, além dos fundamentos teórico- metodológicos do autor supracitado, o conceito adotado por Koch (1987), que, assim como Adam (1992), leva em consideração a perspectiva de que a argumentação liga-se à construção de uma representação discursiva por um determinado enunciado para conduzir ou modificar a representação de um ouvinte em relação a uma ideologia, podendo estabelecer-se a existência de um objetivo ilocucionário na argumentação. Para esta pesquisa, investigamos uma amostra de 30 anúncios retirados de revistas, como *Veja*, *Isto é*, entre outras, e de 30 artigos de opinião retirados de revistas, como *SENAC e Educação ambiental*, selecionados a partir do *corpus*, coletado pelo grupo PROTEXTO, que desenvolve, atualmente, o *Projeto Estudos do Texto e do Discurso*, na Universidade Federal do Ceará (UFC).

1 Concepções de alguns termos

1.1. As seqüências textuais

As seqüências textuais são construtos de "teor psicológico", que organizam composicionalmente os diversos gêneros encontrados no ambiente social, designados eventos comunicativos socialmente reconhecidos de forma intuitiva pelos indivíduos, conforme Marcuschi (2002).

Há uma discussão em relação à terminologia seqüência e tipo textual. Koch (1987) usa o termo *tipo textual* para se referir às formas de composição textual: narrativa, argumentativa, expositiva, descritiva, injuntiva e preditiva. Esta última é inserida por outros autores no tipo injuntivo. Adam (1987) estabelece de maneira diferente esta denominação. Para ele, a forma de composição textual só pode ser denominada de *seqüência*. Inicialmente, o autor postulou sete seqüências textuais: narrativa, descritiva, argumentativa, expositivo-explicativa, injuntivo-instrucional, conversacional e poético-autotética. Depois, em trabalho de 1992 reduziu para cinco as seqüências, a saber: narrativa, descritiva, explicativa, argumentativa e dialogal. Em relação à injuntiva, o autor exclui-a devido considerá-la parte da descritiva, também, a poética foi retirada da sua classificação, por considerá-la um ajuste de superfície na base textual, por isso, segundo afirma, não é uma estrutura hierárquica ordenada de proposições.

Atualmente, em pesquisas desenvolvidas na área de Lingüística, observamos a recorrência do uso da terminologia *seqüência*, uma vez que parece mais ampla e abrange toda a complexidade composicional de um texto, ao contrário do *tipo textual* que a restringe. Segundo Sousa (2005), os gêneros são construídos pela inter-relação de seqüências, não há a presença de uma única seqüência.

¹ Ana Keyla Carmo Lopes é mestrande da Universidade Federal do Ceará/UFC, bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP e integrante do PROTEXTO/UFC – *Grupo de Pesquisa: Estudos do Texto e do Discurso*, desde 2001.

Analisaremos, com base na proposta descritiva de Adam (1992), a participação e a frequência das cinco seqüências, narrativa, explicativa, dialogal, descritiva e argumentativa, no processo de "construção" de anúncios e artigos de opinião.

Verificamos que as cinco mencionadas desempenham um papel retórico de persuasão nos gêneros de modo geral. No caso do gênero promocional anúncio e artigo de opinião, um gênero de crítica social, consideramos a supremacia da seqüência argumentativa, uma vez que observamos a preferência dessa seqüência, nesses gêneros, como uma forma de persuadir o leitor, inefavelmente, a aceitar um produto/um "posicionamento" adotado no texto.

Passemos, a seguir, à exposição sucinta de cada uma dessas seqüências.

1.2. A seqüência narrativa

Segundo Adam (1992), o texto narrativo foi um dos mais estudados no período retórico, percorrendo um caminho desde Aristóteles, em seu livro *Poética*, a Bénardier de Bataut, na sua obra *Ensaio sobre a narrativa*, vinculando-se, ainda, à narratologia moderna.

Para o autor, tendo como base os ensinamentos de C. Bremond, os constituintes de base da narração centram-se em um sujeito (animado ou inanimado), na temporalidade e nos predicados transformados. Além disso, leva-se em consideração o aspecto de que há uma sucessão de acontecimentos inerentes à narrativa em uma mesma ação.

Nesta seqüência, a existência mínima de sucessão de acontecimentos, ligados a um tempo, depois $t + n$, é um fato primordial. Dentro dessa temporalidade, é necessária a ocorrência de uma tensão, de um conflito, que faz a narrativa atingir o seu desfecho ($t + n$), tendo sua organização nessa situação final. Ressalta-se, ainda, a partir daí a problematização da linearidade temporal, na qual se tem uma unidade temática, que engloba um ator - sujeito S, que desenvolve uma implicação humana e, por conseguinte, possibilita a ocorrência de uma narrativa. Na narrativa, os predicados transformados caracterizam-se pela passagem da disjunção do objeto desejado para a conjunção desse objeto, isto é, uma transformação da situação inicial para a final. A presença processual evidencia-se na integração da unidade de uma ação, ocorrendo ainda uma causalidade. A causalidade incorpora-se como um fator de motivação da narrativa, ligada à determinação finalista que constitui uma regra ficcional.

Para caracterizar essa seqüência, Adam (1992) estabelece seis aspectos inerentes à sua composição: sucessão de eventos, unidade temática (na qual deve existir ao menos um sujeito agente), predicados transformados, um processo, a causa relacionada à intriga, avaliação final (podendo ser explícita ou implícita). O autor postula o seguinte esquema para a seqüência:

SEQÜÊNCIA NARRATIVA					
Situação	Complicação	(Re) Ações	Resolução	Situação	Moral
Inicial	Desencade-	ou	Desencade-	Final	
(orientação)	amento 1	Avaliação	amento 2		

Koch (1987), assim como Adam (1992), designa as seguintes categorias para compor a dimensão global da narrativa: orientação, complicação, ação ou avaliação, resolução, moral ou estado final. Segundo a autora, os verbos usados, nessa seqüência, na maioria das vezes, estão inseridos no mundo narrado ligado à atitude comunicativa, e, por conseguinte, à dimensão pragmática, estabelecendo uma relação de causa e efeito que conduz o fio da narrativa; a avaliação é um esclarecimento, que, de certa forma, expõe a opinião, a subjetividade do autor; a existência da complicação e da causa e o efeito são essências para haver a ocorrência da narrativa em um texto. A identificação dos tempos verbais, pertencentes ao mundo narrado; o uso de circunstancializadores e a presença do discurso relatado evidenciam a dimensão lingüística da narração.

1.3. A seqüência descritiva

Para Adam (1992), a descrição é ornamental dentro de um texto e não tem uma autonomia textual. A seqüência descritiva não comporta uma estrutura linear com começo, meio, fim bem evidenciados, uma vez que a ordem de suas partes não são fixas, fato que não prejudica a sua compreensão.

Ocorre, na descrição, a despersonalização, havendo a presença tanto do mundo inanimado como do animado, diferente da narração que elege o mundo animado como um dos seus componentes de base.

Por não ter uma ordenação fixa estrutural, segundo Adam (1992), a seqüência descritiva é composta de três partes: uma ancoragem (com um tema- título), uma dispersão de propriedades (composto por dois processos básicos: a aspectualização e o estabelecimento de relação), uma reformulação (composta por uma nova visualização abrangente sobre a temática). Essa seqüência possibilita ao leitor visualizar imagens sobre o “objeto” descrito.

A ancoragem baseia-se no que os “destinatários” sabem do “objeto”, relaciona-se ao mundo referencial, representada pelo eixo nominal tema-título. A dispersão de propriedades comporta os processos de aspectualização e estabelecimento de relação. A aspectualização representa a base da descrição e evidencia as partes do todo através da decomposição, e o estabelecimento de relação pode ser realizado através da interação das propriedades. Já na reformulação, encontra-se a retomada ou modificação do tema-título inicial. Portanto, as abordagens supracitadas consideram essa seqüência como um “recurso” de adorno dos textos, com a preocupação de evidenciar as propriedades inerentes aos “objetos”, sem uma ordenação fixa.

Adam (1992) postula que a seqüência descritiva, raramente, aparece como dominante na composição dos gêneros. Sousa (2005), no entanto, observou que essa seqüência é usada de forma regular, juntamente com a argumentativa, na construção do gênero anúncio.

Koch (1987) postula, para a descrição, a existência da asserção de enunciados de estado/situação, que indica um macro-ato, representado pela atitude comunicativa, composta por verbos ligados ao mundo narrado ou mundo comentado. Pode ocorrer, na seqüência, a caracterização de personagens (físicas e ou psicológicas) e do espaço (paisagens e ambientes), no caso, de narrativas. Esses aspectos citados compõem a dimensão pragmática da descrição. Na dimensão esquemática global dessa seqüência, encontramos a ordenação espaço- temporal e a exposição “detalhada” das “qualidades” dos elementos que a marcam, por exemplo, os verbos que indicam estado, situação ou indicadores de propriedades, atitudes, qualidades; os itens lexicais designados pelo tema-título; as relações de inclusão (hiperonímia- hiponímia); os articuladores referentes ao objeto situado no espaço; o uso excessivo de adjetivos; o uso de orações coordenadas, do presente e do imperfeito, no mundo comentado e relatado, respectivamente; e o emprego de figuras.

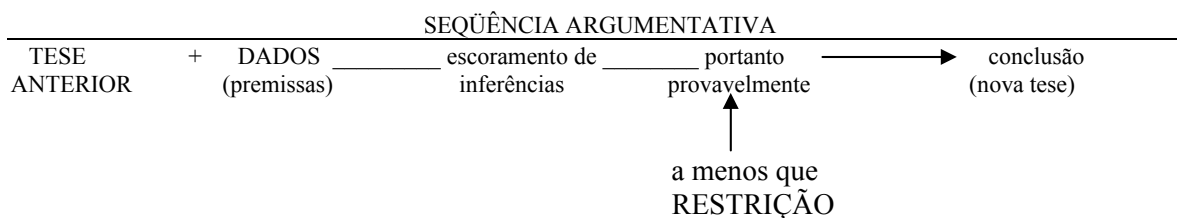
Descrever configura-se como um aspecto funcional de decoração do texto a ser direcionado ao leitor com o propósito de criar imagens semelhantes à “realidade”, através da ativação de scripts, frames, entre outros.

1.4. A seqüência argumentativa

Segundo Adam (1992), a argumentação poderia ser vista como uma função da linguagem que tem a noção geral centrada ou ao nível discursivo e da interação social, ou ao nível da organização pragmática da textualidade. em relação ao aspecto de que a argumentação liga-se à construção de uma representação discursiva por um determinado enunciado para conduzir ou modificar a representação de um ouvinte referente a uma “ideologia” qualquer. Desse modo, pode-se estabelecer a existência de um objetivo ilocucionário na argumentação.

A seqüência argumentativa liga-se ao âmbito da persuasão, pois pretende dar um valor de convicção e “verdade” ao que está sendo afirmado, cria-se um novo discurso ou uma nova visão sobre o “objeto” em questionamento. Para Adam (1992), a seqüência argumentativa é, basicamente,

constituída por: um dado (um argumento), uma conclusão (predicado), que passa por um “topos” (“um já dito”), um enunciado implícito. O autor estabelece o seguinte esquema:



A passagem do argumento-dado para conclusão (nova tese) requer o uso da inferência de uma frase interrogativa implícita pelo interlocutor; essa regra de inferência ou princípio geral é denominada uma “garantia” para e/ou “licença de inferência” para Pater (1965, *apud* Adam, 1992). Isto é, o *topos* é o responsável pela fundamentação do dado à conclusão. Pode haver ainda a ocorrência de uma restrição, refutação ou exceção, que moraliza essa passagem dos dados à conclusão.

Em relação à tese, ressalta-se que sua “posição”, em um texto, pode ocorrer no início ou em parágrafos posteriores, não há um rigor que determine a “localização” de sua ocorrência. A tese anterior pode ser confirmada ou refutada na conclusão de um texto. Os dados direcionam a ocorrência da conclusão. Há a existência, nessa passagem de dados à conclusão, do enunciado implícito, que pode ser desvelado através do conhecimento de mundo do leitor. Na conclusão, há o ponto de vista defendido no texto, através de uma afirmação ou até de uma interrogação.

Conforme Koch (1987), na argumentação (*stricto sensu*), a dimensão pragmática tem como macro-ato a persuasão e o convencimento; como atitude comunicativa, o “fazer crer”. A dimensão esquemática global, dessa seqüência, é responsável pela ordenação ideológica dos argumentos e contra-argumentos; já a dimensão lingüística de superfície é evidenciada através dos modalizadores, verbos introdutórios de opinião, operadores argumentativos, metáforas temporais e recurso à autoridade.

Como podemos observar, argumentar designa a utilização criativa e pertinente da língua, através de uma manipulação bem “arquitetada” de teses, argumentos ou contra-argumentos, para a atingir de forma eficaz o objetivo desejado, com uma tentativa de convencer os indivíduos, por meio de idéias que impõe a reflexão e a própria adesão do “ponto de vista” apresentado.

1.5. A seqüência explicativa

Adam (1992) ressalta que, às vezes, há uma confusão entre texto explicativo, expositivo e informativo. Diferente dos demais o texto explicativo tem a preocupação de elucidar e/ou esclarecer uma questão para o interlocutor. Enquanto o texto informativo tem como principal objetivo expor dados sem fins demonstrativos. Em relação ao texto expositivo, Adam (1992) exclui-o como seqüência textual e considera-o como descrição, explicação. Esse aspecto depende das propriedades de organização propriamente textual da exposição.

Para Adam (1992), a seqüência explicativa apresenta três partes que pretendem: levantar uma indagação, respondê-la ou resolver o problema, detalhando-o, finalmente, sumarizar a resposta, avaliando o problema. No entanto, essa seqüência distingue-se da argumentativa, justamente, devido ao fato de não tentar estabelecer ou alterar uma crença, mas alterar uma convicção. Ainda, segundo o autor, através da descrição, pretende-se fazer uma imagem, um desenho claro de uma ideologia, por isso essa seqüência responde às seguintes perguntas: “Por quê?” e “Como?”.

0. Macroproposição explicativa 0: Esquemática inicial
1. Por quê X? Macroproposição explicativa 1: Problema (questão) (ou Como?)
2. Porque Macroproposição explicativa 2: Explicativa (resposta)
3. Macroproposição explicativa 3: Conclusão- avaliação

Ressalta-se, ainda, que ocorre mais a conjunção “como” em seqüências descritivas, respondendo o questionamento “como fazer para...?”, do que nas explicativas.

Para Koch (1987), essa seqüência, na dimensão pragmática, pressupõe, para o macro-ato, asserção de conceitos, sua atitude comunicativa é especificada por um “fazer saber”. Em sua dimensão esquemática global, há uma análise e ou síntese de representações conceituais e ordenação lógica. Além disso, configuram-se categorias, compostas por temas de: generalização-especificação (via dedutiva); especificação- generalização (via indutiva); generalização-especificação (via dedutivo-indutiva). Em relação a sua dimensão lingüística de superfície, existem conectores de tipo lógico; formas verbais vinculadas ao mundo comentado; presença do interdiscurso e as orações subordinadas que são predominantes nessa seqüência.

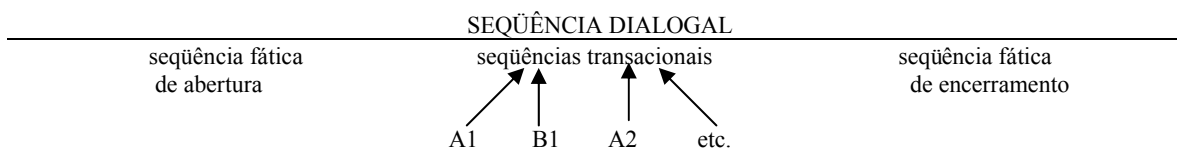
Koch e Adam, em suas postulações, evidenciam que a seqüência explicativa procura especificar um “fato” e/ou uma “idéia” de forma clara, sem uma preocupação “direta” de persuadir o leitor a ter um posicionamento sobre os aspectos apresentados.

1.6. A seqüência dialogal

Segundo Adam (1992), a seqüência dialogal é o principal elemento dos gêneros textuais ligados para a comunicação humana: a conversação e suas variantes (entrevista, conversação telefônica, debate, etc.).

A característica de ser poligerada distingue a dialogal, uma vez que ocorre a presença de mais de um interlocutor, troca de papéis entre eles(alternância de *turnos*), caracterizando dois tipos de seqüências: as fáticas e as transacionais. As transacionais compõem o corpo interacional, permite a existência do padrão pergunta/ resposta, no qual pode haver de forma complementar o comentário e o acordo ou desacordo sobre o “tema” dialogado. As fáticas caracterizam rituais, convencionados e fixa-os em meio social, com a função de iniciar e concluir a interação verbal.

Adam (1992) estabelece o esquema abaixo para essa seqüência:



2. O emprego da noção de seqüências nos gêneros anúncio e artigo de opinião

Observamos que as cinco seqüências, estabelecidas por Adam (1992), configuram-se de maneira diferenciada no processo de textualização dos gêneros em estudo. As seqüências - narrativa, descritiva, dialogal, explicativa - aparecem de forma restrita, mesmo quando elas estão inseridas nesses gêneros, servem como uma espécie de “recurso” que viabiliza o teor argumentativo.

A seqüência argumentativa é a mais recorrente nesses gêneros, guiando os indivíduos para o mundo onírico, no qual é possível realizar todos os “anseios” existenciais, por exemplo, o anúncio publicitário, que tenta conquistar e persuadir os possíveis consumidores. Também, no artigo de opinião, é possível perceber essa tentativa de aliciar os leitores para um ponto de vista defendido, através de um percurso estratégico das idéias persuasivas.

A seguir, passaremos à análise dos gêneros artigo de opinião e anúncio, restrita à sequência argumentativa. Iniciaremos com este e , posteriormente, com aquele.

Exemplo 1:

Se uma amiga copia o seu vestido, você bufa, mas vai no guarda-roupa e troca. Mas e o carro? Ah, não: é para você manter sua individualidade que a Volkswagen está lançando o Gol, a Parati e a Saveiro da exclusivíssima Série Fun . Uma série tão exclusiva, aliás, que nem a Volkswagen tem outro carro igual -. O revestimento do farol e a grade dianteira combinam com a cor do carro – que tem, inclusive, a também exclusiva cor “Azul Fun”, entre outras. Todos os carros vêm com direção hidráulica, painel com design diferenciado, interior mais bonito, mais completo (porta-copos e porta-objetos) e mais confortável (banco do motorista com regulagem de altura). Não é o máximo? Então corre porque, infelizmente, o exemplar desta revista não é exclusivo.

Gol, Parati e Saveiro Fun

Nem parece série de tão exclusiva.

PAC 43

Este anúncio divulga os “benefícios” de possuir um produto, no caso, os carros Gol, Parati, Saveiro Fun. Através do uso da argumentação, o autor cria, no seu eventual consumidor, um valor de convicção sobre as qualidades oferecidas pelos carros, tornando-as inquestionáveis. Observamos que, desde o início, o anúncio publicitário tem a preocupação de ativar a capacidade de inferência do leitor/consumidor, referente aos valores sociais inerentes a nossa cultura ligados ao individualismo, ao exclusivo e ao belo.

Percebemos, a partir daí, que o esquema da sequência argumentativa, postulada por Adam (1992), configura-se, pragmaticamente, através do "topos" ou enunciado implícito, que exige do leitor/consumidor um conhecimento global do anúncio.

Ocorre uma predominância do "topos" em todo o anúncio, uma vez que a superfície textual pouco revela sobre a intenção verdadeira do "anunciante", apesar disso, é possível verificar, nessa dimensão lingüística de superfície, por exemplo, o uso da oração subordinada adverbial condicional: "se uma amiga copiar o seu vestido..."; o uso da oração coordenada adversativa: "...mas vai no guarda-roupa e troca"; o uso de advérbio, como modalizador e intensificador: "infelizmente", "tão" e "mais", respectivamente. Apesar dessas ocorrências, é, através do "topos" ou enunciado implícito, que dá relevância ao caráter argumentativo do anúncio, exigindo do leitor/consumidor um conhecimento de mundo amplo ligado às qualidades que tornam um veículo belo e exclusivo em relação aos demais, já que "nem parece série de tão exclusivo".

Verificamos, também, que o anúncio em estudo, sociocomunicativamente e funcionalmente, exige do leitor/consumidor um conhecimento vinculado à cultura e ao social do meio em que se insere, através da ativação de sua capacidade cognitiva de (re)conhecer e (re)construir os aspectos que tornam o Gol, a Parati e a Saveiro exclusivos, e, por conseguinte, superiores a outros carros já existentes na sociedade, ou seja, essa superioridade só pode ser desvelada através da identificação da eloquência persuasiva que dá uma "convicção de fé", devido à presença do receptor, em terceira pessoa (você), aos produtos divulgados, assim, há a tentativa de estabelecer a necessidade dos produtos citados da exclusivíssima Série Fun no leitor/consumidor.

Analisemos o gênero artigo de opinião.

Exemplo 2:

SOBRE AS FAVELAS CARIOCAS

Percebidas como uma “disfunção” das cidades, as favelas permanecem um espaço estigmatizado, onde só os seus aspectos negativos ganham visibilidade

“O que é uma favela?” A pergunta foi feita a pessoas de distintos grupos sociais e categorias profissionais. As respostas revelaram um quadro de opiniões sobre aquele espaço popular surpreendentemente homogêneo, independente da posição política, da condição educacional e da perspectiva ética e religiosa. O eixo da representação da favela é a noção de ausência. Ela é sempre definida pelo que não tem: um lugar sem infra-estrutura urbana - água, luz, esgoto, coleta de lixo; sem arruamento; sem ordem; sem lei; sem regras; sem moral; globalmente miserável, enfim, o caos.

Impressiona também a visão homogeneizadora. Localizadas em terrenos elevados ou planos, reunindo centenas ou alguns milhares de moradores, possuindo diferentes equipamentos e mobiliários urbanos, sendo constituída por casas e/ou apartamentos, com diferentes níveis de violência e presença do poder público, com variadas características ambientais, as favelas constituem-se como territórios com paisagens razoavelmente diversificadas. Mas essa pluralidade é absolutamente ignorada, e não só pelo senso comum.

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), por exemplo, as identifica como subconjunto de um “aglomerado subnormal (sic!): constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...), ocupando ou tendo ocupado até período recente terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, bem como carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais”.

Os diversos tipos de intervenções nas favelas, decorrentes de demandas e ações organizadas pelos próprios moradores ou fruto de projetos estatais voltados para a reordenação do espaço urbano, geraram uma profunda alteração na paisagem do Rio de Janeiro. Com isso, a maior parte das favelas deixou de se enquadrar na representação citada. Persiste, entretanto, uma percepção muito semelhante à existente nas décadas de 1940/1950.

A favela é contraposta a um determinado ideal de urbano, vivenciado por uma pequena parcela dos habitantes da cidade. Não é casual, então, que ela seja considerada uma disfunção, um problema que afeta a saúde da cidade. No mês de dezembro de 2000, a revista *Veja* expressou em uma de suas capas esse juízo, marcado pelo temor: acompanhado da manchete “a periferia cerca a cidade”, apresenta-se uma imagem na qual as construções de alvenaria, em cor escura - remetendo à visão de formigas saúvas em movimento - vão devorando gradativamente prédios brancos e limpos.

Nessa lógica, o reconhecimento da cidadania é relativizado, de acordo com a cor da pele, o nível de escolaridade, a faixa salarial e/ou o espaço de moradia dos residentes na cidade. O juízo se expressa, de forma particular, no menor ou maior grau de tolerância com as diferentes manifestações de violência, de acordo com o alvo da agressão e não com o ato em si. Basta lembrar como difere a postura da mídia e dos órgãos de segurança quando um morador da periferia ou outro das camadas médias/altas sofre uma violência.

Sustentadas nesses tipos de representação, as ações encaminhadas nas favelas, em sua maioria, caracterizam-se pela ignorância e/ou desprezo às estratégias criativas, complexas e heterogêneas efetivadas pelos moradores para melhorar sua qualidade de vida. As ações desconhecem as redes de sociabilidade; de circulação no conjunto da cidade; de participação na vida pública e, para não ser exaustivo, de interpretação das vivências que os moradores produziram historicamente.

Parodiando a linguagem acadêmica, seus moradores permanecem, em geral, na condição de objetos dos responsáveis pelas intervenções. Sua consequência vem sendo a (re)produção da estigmatização das comunidades faveladas e de seus habitantes.

Outra forma de perceber a favela passa pelo reconhecimento de que os seus moradores desenvolvem formas ativas e contrastantes para enfrentar suas dificuldades do dia-a-dia, de acordo com suas trajetórias pessoais e coletivas, as características socioculturais e geográficas da localidade, o peso do tráfico de drogas e a postura assumida pelos dirigentes das entidades comunitárias, dentre outras variáveis.

Naturalmente, a superação dos evidentes limites presentes nas condições de vida dos seus

moradores é uma necessidade, a ser encarada pelos poderes públicos e amplos setores sociais. Ela passa, porém, pela quebra da hegemonia das referências sociocêntricas, pela criação de mecanismos de diagnóstico e definição de ações que levem em conta os saberes construídos pelos moradores, em sua longa e intensa caminhada por uma vida mais plena.

(Revista SENAC e Educação ambiental: o desafio urbano, Rio de Janeiro, 2004/jan/abr., ano 13, nº 01.)

Na análise do artigo, "Sobre as favelas cariocas", podemos observar a manifestação da tese do autor, antes do primeiro parágrafo do texto, quando aponta: " percebidas como uma ' disfunção' das cidades, as favelas permanecem um espaço estigmatizado, onde só os seus aspectos negativos ganham visibilidade". Verificamos a crítica feita à "ideologia" de que, na favela, só é possível vislumbrar "catástrofes", "caos", "desorganização", "desumanidade" e "miséria".

No primeiro parágrafo, também, há uma intensificação do ponto de vista, que é fundamentado através de um questionamento "o que é uma favela?", realizado com pessoas de diferentes classes sociais e profissionais, o qual revela o "preconceito" e a "idéia estigmatizada", de forma homogênea, sobre a favela, designada por uma "noção de ausência".

Nos parágrafos posteriores, do segundo ao nono, encontramos os argumentos que confirmam a tese do autor. No segundo parágrafo, ele defende a idéia de que, apesar da favela, fisicamente, apresentar-se com uma arquitetura distinta, a população, geralmente, ignora essa pluralidade e observa-a como um contínuo, ou seja, há uma visão de que, não obstante a existência de terrenos elevados ou planos, a favela é um todo homogêneo.

Segundo o autor, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) identifica as favelas como um "aglomerado subnormal", vendo-a à margem de qualquer aspecto positivo, como se evidencia no parágrafo terceiro. Além disso, as pesquisas não acompanham as modificações e/ou mudanças que ocorrem nas favelas, como constatamos, no quarto parágrafo: "... a maior parte das favelas deixou de se enquadrar na representação citada. Persiste, entretanto, uma percepção muito semelhante à existente nas décadas de 1940/1950".

No parágrafo quinto, o autor argumenta que, na mídia, propaga-se, exacerbadamente, que a favela é uma disfunção, que quebra com um determinado ideal de urbano, constituindo-se uma "doença" para o bem-estar da cidade. Essa ideologia, conforme o autor, foi divulgada, através de um meio de comunicação de massa, a revista *Veja*, que trouxe, no mês de dezembro, em uma de suas capas, um juízo de valor, através da manchete: "A periferia cerca a cidade". A manchete mostra uma visão elitista e pejorativa de que a favela é sinônimo de "terror" e "medo". Esse juízo postula uma excessiva acepção entre os seres humanos: "Basta lembrar como difere a postura da mídia e dos órgãos de segurança quando um morador da periferia ou outro das camadas médias/altas sofre uma violência" (parágrafo sexto).

No sétimo parágrafo, devido a essa estereotipia, existe o apontamento de que, na maioria das vezes, há uma ênfase do caráter de vulnerabilidade das favelas e uma desconsideração de suas potencialidades. Ocorre um desprezo à criatividade, à sociabilidade e à historicidade dos moradores da favela, consideradas como "submissas" e "subalternas" às classes designadas "superiores": "... seus moradores permanecem, em geral, na condição de objetos dos responsáveis pelas intervenções". (oitavo parágrafo)

No nono parágrafo, último argumento, o autor discorre que a favela é um local marcado pela diversidade: "... os seus moradores desenvolvem formas ativas e contrastantes para enfrentar suas dificuldades do dia-a-dia, de acordo com suas trajetórias pessoais e coletivas, as características socioculturais e geográficas da localidade...".

O autor, em todo o artigo, lida com a explicitação de suas idéias, sua preocupação é recorrer, de forma pertinente, para a identificação de elementos já conhecidos, pelos leitores, sobre a favela, no desenrolar do texto, vai desenvolvendo argumentos que direcionam, persuasivamente, seu ponto de vista até chegar à conclusão do artigo, sem passar por uma restrição e/ ou refutação da tese inicial, mas conserva-a durante todo o texto.

Portanto, no desfecho do artigo, o autor aponta para a necessidade de quebrar a “imagem cristalizada” acerca da favela, indispensável para a superação das dificuldades e/ou desigualdades encontradas nesse ambiente, na medida em que se defina “ações que levem em conta os saberes construídos pelos moradores, em sua longa e intensa caminhada por uma vida mais plena”.

Depois da análise dos dois gêneros, percebemos que o protótipo da sequência argumentativa apresenta-se de forma distinta nos gêneros em questão, uma vez que, no anúncio, devido a seu potencial de criatividade, há uma “quebra” da esquematização da sequência, por exemplo, em relação aos aspectos de restrição (provavelmente, mas), enquanto que, no artigo de opinião, esse “esquema” parece de forma quase linear, fator que pode ser observado ao longo de todo o texto. Segundo Sousa (2005), a sequência argumentativa, apesar de sua importância no processo de formação dos anúncios, não se configura, nesse gênero, de acordo com os moldes estabelecidos por Adam (1992). Apesar dos aspectos supracitados, não fechamos que a ocorrência da sequência, nos dois gêneros, tem sempre a mesma “performance”, pois assinalamos que uma pesquisa mais aprimorada se faz necessária a esse respeito.

Conclusão

Através do estudo da amostra coletada, podemos afirmar que existe uma possível relação entre os gêneros em questão e a sequência argumentativa, que se mostra como dominante, no processo de construção dos gêneros em estudo, uma vez que desvela a intenção do “anunciante” e do “crítico” de fazer interagir texto e leitor, dinamicamente, até atingir o êxito de ser aceito/ adotado o ponto de vista, o produto e/ou serviço expostos pelo artigo de opinião e anúncio, respectivamente. A sequência argumentativa mostra-se, nesse caso, como a mais relevante para desencadear as idéias postuladas, sem o risco de frustrar os propósitos persuasivos pretendidos nos textos.

Enquanto que as demais sequências já citadas funcionam como dominadas ou inseridas. Quando essas sequências dominadas aparecem, nesses gêneros, é de forma sutil e discreta, como uma tentativa, apenas, de dar sustentação e/ou autorização aos pressupostos argumentativos.

Além desse aspecto, verificamos que os elementos que constituem a sequência argumentativa - tese, dados (argumentos), “topos” ou enunciado implícito, conclusão - conforme Adam (1992), são mais evidenciados no gênero artigo de opinião do que no gênero anúncio, uma vez que este dá ênfase ao enunciado implícito, aparecendo os outros elementos em menor frequência. Em suma, as sequências inseridas e/ou dominadas portam-se, nos gêneros, como “pano de fundo”, viabilizando, assim, a ocorrência da sequência argumentativa como dominante no processo de organização dos gêneros.

Sugerimos, ainda, que este aspecto seja melhor investigado, numa amostra mais ampla, a fim de se analisarem outras relações possíveis.

Referências

ADAM, Jean-Michel. Textualité et séquentialité: le exemple de la description. *Langue Française*. 1987.

_____. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.

KOCH, Ingedore G. Villaça e FÁVER, Leonor Lopes. “ Contribuição a uma tipologia textual.” In *Letras e Letras* pela Universidade Federal de Uberlândia, 1987.

MARCUSCHI, Luiz. *Por uma proposta para a classificação dos gêneros textuais*. Recife: UFPE, 2002.

SOUSA, Maria Margarete F. *A organização textual-discursiva dos anúncios de turismo no Ceará*. Recife. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2005.